



Projeto de Lei Ordinária Nº 21/2018

Autoria: Prefeito Municipal

Assunto: Institui o sistema de Gestão Sustentável e regulamenta o credenciamento de serviços de disposição, transporte e destinação final de resíduos da construção civil e de resíduos volumosos (disk entulho) no município de Cordeirópolis/SP, de acordo com o previsto na resolução CONAMA nº 307/02 e dá outras providências.

VOTO EM SEPARADO:

Jose Antonio Rodrigues

(Vereador - MDB)

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

I - RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 21 de 2018, de iniciativa do Prefeito Municipal, que cria o Sistema de Gestão Sustentável no município, disciplinando a triagem, reutilização, reciclagem, reservação e a destinação de resíduos da construção civil e os resíduos volumosos. Às fls. 02/05 adveio mensagem do Prefeito Municipal explicitando o fundamento legal do projeto. Às fls. 05/21 encontra-se os termos da Lei a ser submetida à apreciação da Câmara.

Parecer jurídico nº 21/2018 elaborado pelo Ilustríssimo Diretor Jurídico desta casa concluiu pela legalidade e constitucionalidade do projeto (fls. 23/27).

É o relato do necessário, passo a emitir VOTO.



II - DA ANÁLISE DO MÉRITO

Nos termos do art. 67, inciso II, alínea "a", item 1, do Regimento Interno desta câmara, a esta comissão compete, dentre outras funções, opinar sobre: *"proposições referentes à matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, ou, acarretem responsabilidades para o erário Municipal."*

O projeto disciplina, em síntese, a geração, uso e destinação de resíduos sólidos e de resíduos volumosos no município.

Sob os aspectos de ordem financeira e orçamentária, observamos que o presente projeto não representa despesas para o erário nem acarreta qualquer repercussão na Lei Orçamentária vigente.

Diante do exposto, no âmbito de competência desta Comissão não encontro qualquer óbice à regular tramitação do presente Projeto de Lei.

IV - CONCLUSÃO

Com base nos argumentos acima expostos, opino pela regular tramitação do projeto em análise e envio ao plenário para votação, pois atende a legislação de regência.

É o parecer.

Cordeirópolis, 07 de agosto de 2018.


José Antonio Rodrigues
Vereador MDB